

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO



OFÍCIO Nº 1012 /GP/93

EM, 15 DE OUTUBRO DE 1993.

Senhor Presidente,

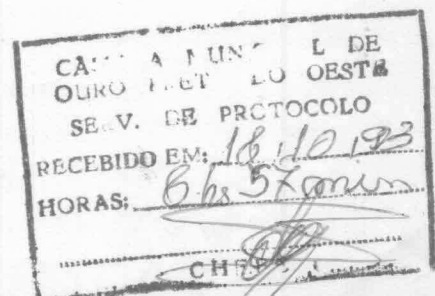
Estamos encaminhando a esta Augusta Casa de Leis, o Projeto de Lei que "Altera o § 1º do Artigo 5º da Lei 414 de 16 de Novembro de 1992."

Sem outro particular para o momento, uso do ensejo para reafirmar a Vossa Excelência e seus ilustres Pares minhas expressões de admiração e respeito.

Atenciosamente,

AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

EXMO SR.
VEREADOR AURO VIEIRA COELHO
DD. PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL
OURO PRETO DO OESTE - RO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 474

DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.

Exmº Senhor Presidente,
Exmºs Senhores Vereadores,

Em respeito aos preceitos legais, submeto a consideração e deliberação de Vossa Excelência e seus Digníssimos Pares o Projeto de Lei nº de de Outubro de 1993, que Dispõe sobre a Alteração do § 1º do Artigo 5º da Lei 414 de 16 de Novembro de 1992.

A situação Orçamentária e Financeira de uma Unidade da Federação, Estado ou Município, é sempre paradigmática e complexa.

Essa complexibilidade nasce da própria premissa legal em que, normativamente determina que a Receita deverá ser Estimada e a Despesa Fixada.

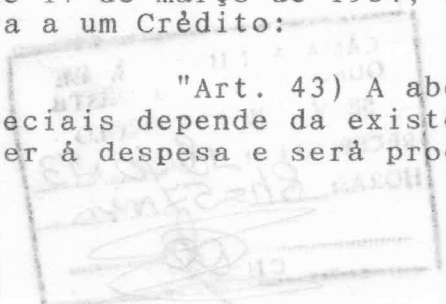
Estimativa, eis a questão. Chama-se estimativa porque não se sabe valores exatos. Aliás, mesmo de posse das mais modernas técnicas, será sempre estimativa, pois, preponderará a incondição de previsibilidade de valores reais e exatos.

Porém, outra situação é esta, benéfica é a abertura que a Lei maior da nação brasileira - a Constituição Federal - oferece as Unidades membros, poder abrir Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais.

Cabe ainda, ressaltar que a abertura de Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais, nem sempre aumentam o Orçamento. Existem critérios, pois, se você aumentou um tipo de despesa, conseqüentemente outra terá que ser reduzida ou alguma receita conforme cálculos ou tendência terá um crescimento maior do que o estimado.

Encontra-se escupida no Art. 43 da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, os tipos de recursos para darem cobertura a um Crédito:

"Art. 43) A abertura dos Créditos Suplementares ou Especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será procedida de exposição justificativa





Fl. 02

§ 10) Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; e

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las."

Sabendo-se estar as portas do encerramento de mais um exercício financeiro, impera a necessidade de viabilizar a arrecadação de todos os tributos, bem como a de receber todas as transferências de recursos feitas pela União e pelo Estado, via de mandamento constitucional.

Consequentemente dando ingresso nos recursos há a necessidade de se proceder a destinação orçamentária respectiva, sempre observando as vinculações legais, principalmente quando diz respeito à manutenção e desenvolvimento do ensino.

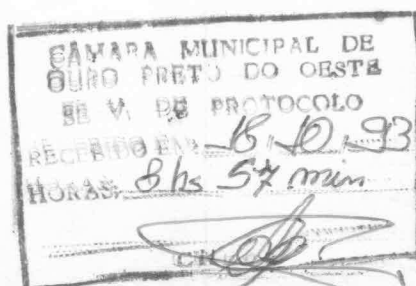
Senhores Vereadores, a idéia proposta neste Projeto de Lei além de constitucional é necessária ao bom andamento das atividades deste Município.

Ciente do alto entendimento de Vossas Excelências, no ensejo agradecemos.

Atenciosamente,

PALÁCIO DOS PIONEIROS.

AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE - RO
ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 479

DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.

APROVADO	
1.ª VOTAÇÃO	
QUORUM	13 / menor
Em:	08 / 11 / 93.

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) O Parágrafo 1º do Artigo 5º da Lei Municipal nº 414 de 16 de Novembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º).....
§ 1º - até o limite de 220% (Duzentos e vinte por cento)."

Art. 2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

AGMAR DE SOUZA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

APROVADO	
2.ª VOTAÇÃO	
QUORUM	08 / menor
Em:	11 / 11 / 93

CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE
SERV. DE PROTOCOLO
RECEBIDO EM: 18/10/93
HORAS: 06h 57 min

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste	
PROTOCOLO	
18/10/93	395/93
RESPONSÁVEL	



AO GABINETE DO PRESIDENTE:
 SEGUE O PRESENTE PROCESSO QUE RECEBI E MONTEI EM 18.10.93, PARA
 PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS.

Olymar Galimbert do Silva
 Serviço de Protocolo
 Port. 113 - GP - CMOPO - 01.06.93

A. Seção Legislativa.

Segue o presente projeto p/
 conhecimento do plenário.
 Em, 19-10-93

Paulo

AO Plenário

Segue o presente processo
 para conhecimento

Em 21-10-93

Antônia Edna C. Pinheiro
 chefe de Seção Legislativa
 Port. 049 - CMOPO - RO - 93

DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E
 REDAÇÃO PARA CUMPRIMENTO DO ART. 42
 DO REG. INT.

Em, 21.10/93

Paulo



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.

MATÉRIA : "ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

O Projeto ora em análise é Constitucional e legal.

Eleva o limite das despesas fixadas para o Orçamento de 1993, de 120% (cento e vinte por cento) para 220% (duzentos e vinte por cento).

É do conhecimento desta Casa Legislativa que no dia 06 de outubro do ano em curso, fora publicada Lei nº 470 que elevou o limite de 70% (setenta por cento), para 120% (cento e vinte por cento).

Oito dias após, Novo Projeto de Lei é enviado à Câmara elevando o limite de 120% para 220%.

Sobre a Constitucionalidade e Legalidade da ra parecer a Comissão de Justiça e Redação.

Quanto à viabilidade do limite e sua real necessidade, compete à Comissão de Orçamentos e Finanças apreciar a matéria.



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.

MATÉRIA : "ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

O Projeto ora em análise é Constitucional e legal.

Eleva o limite das despesas fixadas para o Orçamento de 1993, de 120% (cento e vinte por cento) para 220% (duzentos e vinte por cento).

É do conhecimento desta Casa Legislativa que no dia 06 de outubro do ano em curso, fora publicada Lei nº 470 que elevou o limite de 70% (setenta por cento), para 120% (cento e vinte por cento).

Oito dias após, Novo Projeto de Lei é enviado à Câmara elevando o limite de 120% para 220%.

Sobre a Constitucionalidade e Legalidade da ra parecer a Comissão de Justiça e Redação.

Quanto à viabilidade do limite e sua real necessidade, compete à Comissão de Orçamentos e Finanças apreciar a matéria.



ASSESSORIA JURÍDICA

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993.

MATÉRIA : "ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER TÉCNICO JURÍDICO

O Projeto ora em análise é Constitucional e legal.

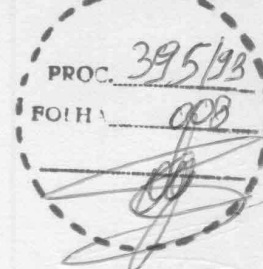
Eleva o limite das despesas fixadas para o Orçamento de 1993, de 120% (cento e vinte por cento) para 220% (duzentos e vinte por cento).

É do conhecimento desta Casa Legislativa que no dia 06 de outubro do ano em curso, fora publicada Lei nº 470 que elevou o limite de 70% (setenta por cento), para 120% (cento e vinte por cento).

Oito dias após, Novo Projeto de Lei é enviado à Câmara elevando o limite de 120% para 220%.

Sobre a Constitucionalidade e Legalidade da ra parecer a Comissão de Justiça e Redação.

Quanto à viabilidade do limite e sua real necessidade, compete à Comissão de Orçamentos e Finanças apreciar a matéria.



Juridicamente o Projeto está apto às análises das Comissões.

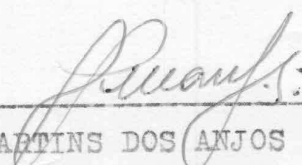
A matéria necessita de 08 (oito) votos para aprovação, conforme se depreende da leitura do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

Não trata de matéria que exige votação Nominal (artigo 150 do Regimento Interno).

É nosso parecer.

Sala da Assessoria,

Em, 27 de outubro de 1993.



JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO .



Juridicamente o Projeto está apto às análises das Comissões.

A matéria necessita de 08 (oito) votos para aprovação, conforme se depreende da leitura do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

Não trata de matéria que exige votação Nominal (artigo 150 do Regimento Interno).

É nosso parecer.

Sala da Assessoria,

Em, 27 de outubro de 1993.

JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO .



Juridicamente o Projeto está apto às análises das Comissões.

A matéria necessita de 08 (oito) votos para aprovação, conforme se depreende da leitura do artigo 53 da Lei Orgânica Municipal.

Não trata de matéria que exige votação Nominal (artigo 150 do Regimento Interno).

É nosso parecer.

Sala da Assessoria,

Em, 27 de outubro de 1993.

JOSE MARTINS DOS ANJOS
ASSESSOR JURÍDICO .



RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993:
"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº
414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PRO
VIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

O Projeto é Constitucional, encontra-se em
boa Técnica Legislativa.

Considerando o que segue:

1º - Sua Constitucionalidade este relator o
acolhe, no entanto quanto à sua viabilidade orçamentária solicita à
Comissão de Orçamentos e Finanças que faça tal análise, uma vez que
é sabido por esta Casa Legislativa que fora publicada a Lei nº 470
de 06 de outubro de 1993, elevando o limite de 70% (setenta por cen
to) para 120% (cento e vinte por cento)e, somente 05 (cinco) dias
após ou seja já no dia 15 de outubro de 1993 e a Câmara recebeu o
Projeto no dia 18/10/93, a Prefeitura já tem necessidades de elevar
o limite de 120% para 220% da Despesa fixada no Orçamento de 1993.

Assim solicitamos da Comissão de Orçamentos e
Finanças análise orçamentária do Projeto.

Com referência à Constitucionalidade e legali-
dade, somos favoráveis à aprovação do Projeto, após ser o mesmo a
nalisado pela Comissão de Orçamentos da Câmara.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 27/Outubro/1993.

Alvaro Gonçalves Rocha
Relator.



RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993:
"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº
414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PRO
VIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

O Projeto é Constitucional, encontra-se em
boa Técnica Legislativa.

Considerando o que segue:


1º - Sua Constitucionalidade este relator o
acolhe, no entanto quanto à sua viabilidade orçamentária solicita à
Comissão de Orçamentos e Finanças que faça tal análise, uma vez que
é sabido por esta Casa Legislativa que fora publicada a Lei nº 470
de 06 de outubro de 1993, elevando o limite de 70% (setenta por cen
to) para 120% (cento e vinte por cento)e, somente 05 (cinco) dias
após ou seja já no dia 15 de outubro de 1993 e a Câmara recebeu o
Projeto no dia 18/10/93, a Prefeitura já tem necessidades de elevar
o limite de 120% para 220% da Despesa fixada no Orçamento de 1993.

Assim solicitamos da Comissão de Orçamentos e
Finanças análise orçamentária do Projeto.

Com referência à Constitucionalidade e legali-
dade, somos favoráveis à aprovação do Projeto, após ser o mesmo a
nalizado pela Comissão de Orçamentos da Câmara.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 27/Outubro/1993.


Alvaro Gonçalves Rocha
Relator.



RELATOR DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E RE DACÃO

PROJETO DE LEI Nº479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993:
"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº
414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PRO
VIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DO RELATOR

O Projeto é Constitucional, encontra-se em
boa Técnica Legislativa.

Considerando o que segue:

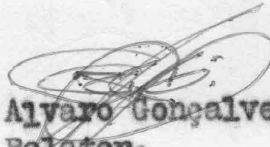
1º - Sua Constitucionalidade este relator o
acolhe, no entanto quanto à sua viabilidade orçamentária solicita à
Comissão de Orçamentos e Finanças que faça tal análise, uma vez que
é sabido por esta Casa Legislativa que fora publicada a Lei nº 470
de 06 de outubro de 1993, elevando o limite de 70% (setenta por cen
to) para 120% (cento e vinte por cento)e, somente 05 (cinco) dias
após ou seja já no dia 15 de outubro de 1993 e a Câmara recebeu o
Projeto no dia 18/10/93, a Prefeitura já tem necessidades de elevar
o limite de 120% para 220% da Despesa fixada no Orçamento de 1993.

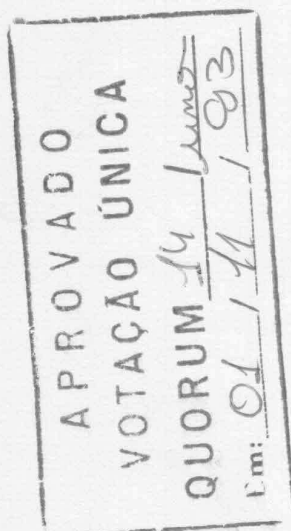
Assim solicitamos da Comissão de Orçamentos e
Finanças análise orçamentária do Projeto.

Com referência à Constitucionalidade e legali
dade, somos favoráveis à aprovação do Projeto, após ser o mesmo a
nalizado pela Comissão de Orçamentos da Câmara.

É nosso parecer.

Sala das Comissões em, 27/Outubro/1993.


Alvaro Gonçalves Rocha
Relator.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993:

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 090

À Comissão de Justiça e Redação cabe analisar ' sobre a Constitucionalidade e a Legalidade do Projeto que ora lhe apresentado para parecer.

O Projeto é Constitucional e legal.

No entanto quanto à sua real necessidade solicitamos ou melhor deixamos esta análise para que seja feita pela Comissão de Orçamentos e Finanças.

Somos cientes de que pela Lei nº 470 de 06 de Outubro de 1993, fora elevado o limite de 70% (setenta por cento) para 120% (cento e vinte por cento).

Já no dia 18 de Outubro de ano em curso portanto, somente 12 dias após a Prefeitura envia Novo Projeto elevando de 120% para 220% sobre limite da despesa fixada, no Orçamento para 1993.

Com referência à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, quanto à sua viabilidade e real necessidade, solicitamos a análise da Comissão de Orçamentos e Finanças.

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 14 / 11 / 93



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993:

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVI DÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 090

À Comissão de Justiça e Redação cabe analisar sobre a Constitucionalidade e a Legalidade do Projeto que ora lhe apresentado para parecer.

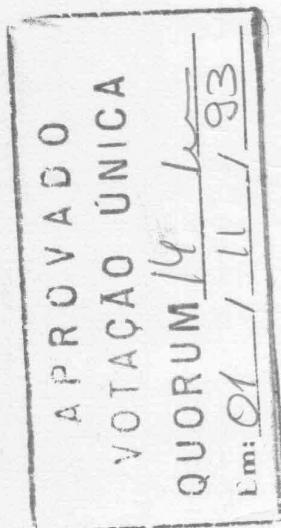
O Projeto é Constitucional e legal.

No entanto quanto à sua real necessidade solici tamos ou melhor deixamos esta análise para que seja feita pela Comis são de Orçamentos e Finanças.

Somos cientes de que pela Lei nº 470 de 06 de Outubro de 1993, fora elevado o limite de 70% (setenta por cento) pa ra 120% (cento e vinte por cento).

Já no dia 18 de Outubro de ano em curso portan to, somente 12 dias após a Prefeitura envia Novo Projeto elevando de 120% para 220% sobre limite da despesa fixada, no Orçamento para 1993.

Com referência à legalidade e constitucionalida de, somos de parecer favorável, quanto à sua viabilidade e real ne cessidade, solicitamos a análise da Comissão de Orçamentos e Finan ças.



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO DE 1993:

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 090

À Comissão de Justiça e Redação cabe analisar sobre a Constitucionalidade e a Legalidade do Projeto que ora lhe apresentado para parecer.

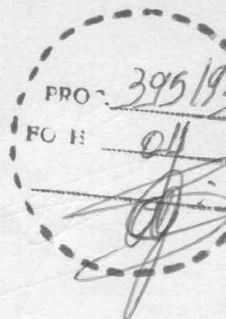
O Projeto é Constitucional e legal.

No entanto quanto à sua real necessidade solicitamos ou melhor deixamos esta análise para que seja feita pela Comissão de Orçamentos e Finanças.

Somos cientes de que pela Lei nº 470 de 06 de Outubro de 1993, fora elevado o limite de 70% (setenta por cento) para 120% (cento e vinte por cento).

Já no dia 18 de Outubro de ano em curso portanto, somente 12 dias após a Prefeitura envia Novo Projeto elevando de 120% para 220% sobre limite da despesa fixada, no Orçamento para 1993.

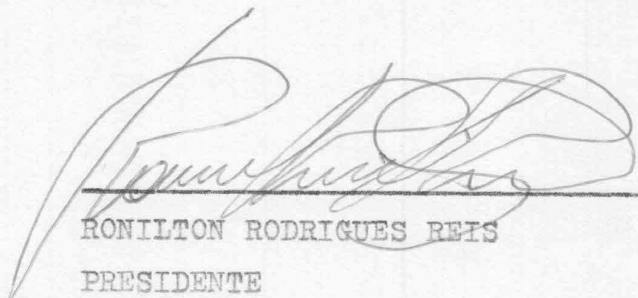
Com referência à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, quanto à sua viabilidade e real necessidade, solicitamos a análise da Comissão de Orçamentos e Finanças.



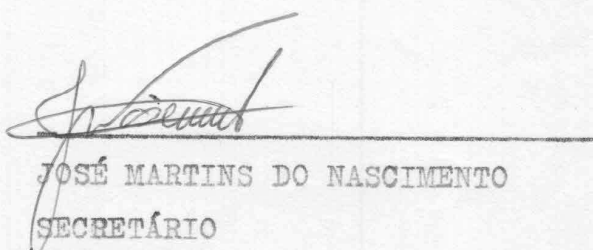
É nosso parecer.

Sala das Comissões,

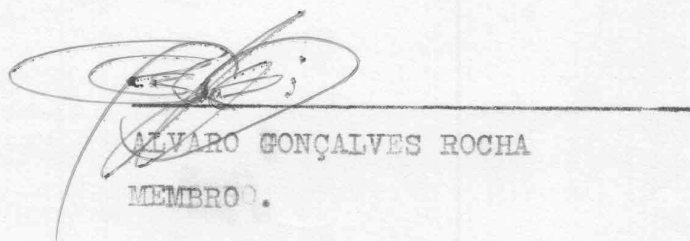
Em, 27 de Outubro de 1993.



RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE

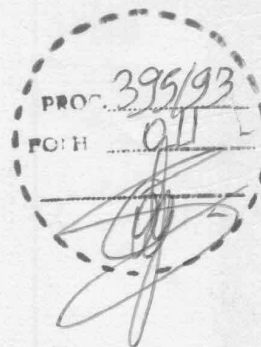


JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO





ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO.


É nosso parecer.



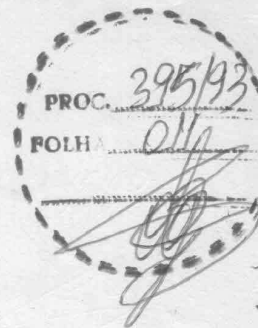
Sala das Comissões,
Em, 27 de Outubro de 1993.



RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE

JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO

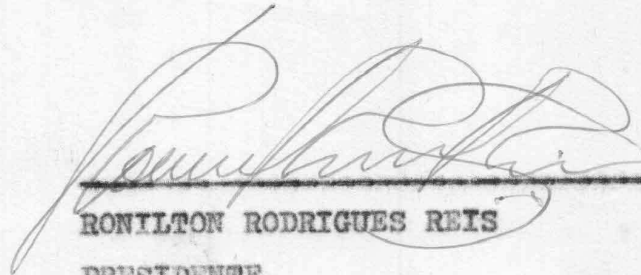
ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRO.




É nosso parecer.

Sala das Comissões,


Em, 27 de Outubro de 1993.



RONILTON RODRIGUES REIS
PRESIDENTE



JOSÉ MARTINS DO NASCIMENTO
SECRETÁRIO



ALVARO GONÇALVES ROCHA
MEMBRGO.

PROC. 395/93
FOLH. 212

A Comissão de Orçamento e Finanças, segue o presente Projeto P/ Parecer.

01/11/93

Adilberto

Estado de Rondônia.

Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

O Vereador Valdiney S. Moitinho

Presidente da Comissão Permanente de

Orçamento e Finanças

ao uso das atribuições que lhe conferem o Art
do Regimento Interno.

RESOLVE designar o Vereador

membro desta Comissão, para atuar como Relator

do presente Projeto de Lei n.º 479/93

Sala das Reuniões das Comissões Permanen
tes da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste,

em 01 de Novembro de 1993.

Presidente das Comissões

Valdiney Santos Moitinho
Vereador - PTR

A Sessão Legislativa

Segue o presente processo
para Praticências.

Em 03. 11. 93

PRO: 395/93
FO: 11 013

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15/ OUTUBRO/ 1.993 .

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

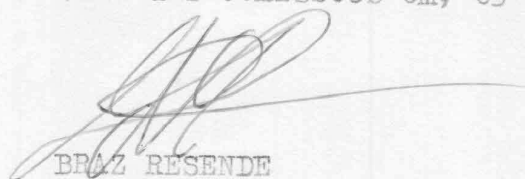
PARECER E VOTO DO RELATOR Nº 065

Relatando o presente Projeto de Lei, sentimos sua real necessidade e viabilidade, uma vez que com esta inflação avassaladora, o Poder Público sente-se na necessidade para cobrir suas despesas de reorçar o orçamento anual elevando o limite da despesa fixada.

Estas são as razões maiores pelas quais somos favoráveis à aprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 03 de novembro de 1993



BRAZ RESENDE

RELATOR

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 / 14
m: 08 / 11 / 93

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS



PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO/ 1.993

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 065

A Comissão de Orçamentos e Finanças em análise ao Projeto acima, considerando sua viabilidade e necessidade, é favorável à aprovação do mesmo.

Considerando também a inflação avassaladora por que passa o País, quase não está tendo condições do Poder Público estimar suas despesas e receitas.

Estas são as razões maiores pelas quais somos favoráveis à aprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 03 de novembro de 1993.

VALDINEY SANTOS MOITINHO

PRESIDENTE

BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO

ANTONIO DE S. PENA FILHO

MEMBRO

APROVADO
VOTAÇÃO ÚNICA
QUORUM 13 / 14 / 33
Im: 08 / 11 / 93

PROC. 396/93
FOLHA 014

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 479 DE 15 DE OUTUBRO/ 1.993

"ALTERA O PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 5º DA LEI Nº 414 DE 16 DE NOVEMBRO DE 1992 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 065

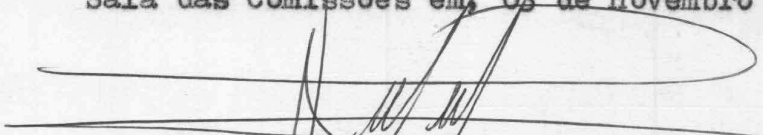
A Comissão de Orçamentos e Finanças em análise ao Projeto acima, considerando sua viabilidade e necessidade, é favorável à aprovação do mesmo.

Considerando também a inflação avassaladora por que passa o País, quase não está tendo condições do Poder Público estimar suas despesas e receitas.

Estas são as razões maiores pelas quais somos favoráveis à aprovação do Projeto.

É nosso Parecer.

Sala das Comissões em, 03 de novembro de 1993.


VALDINEY SANTOS MOTTINHO

PRESIDENTE


BRAZ RESENDE

SECRETÁRIO


ANTONIO DE S. PENA FILHO

MEMBRO